

AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO NACIONAL

Antonio Gilberto Viegas da Silva¹

RESUMO

Este artigo representa uma necessidade de se implementar uma discussão, dentro e fora do ambiente acadêmico, sobre um tema que tem sido discutido com muita intensidade ultimamente, em várias partes do País e até no exterior. Procura localizar a agricultura familiar no contexto econômico de milhares de municípios brasileiros, mostrando sua importância e apontando algumas alternativas para o desenvolvimento econômico, enfatizando a viabilidade de se buscarem as soluções para esse segmento tão importante, que tantas dificuldades tem enfrentado. Ao mesmo tempo, coloca as famílias rurais como verdadeiras protagonistas na identificação e resolução desses problemas. Mostra a diversidade existente nesse segmento e sua importância para a economia desses municípios. Sintetiza algumas ações governamentais através de suas políticas direcionadas ao setor, e as dificuldades encontradas pelos beneficiários em terem acesso a tais políticas. Chama a atenção para o papel reivindicatório das representações dos agricultores como forma de pressão para que essas políticas sejam postas em prática. Reconhece a ação de várias organizações não governamentais que atuam nesse cenário, contribuindo para atenuar as dificuldades da agricultura familiar.

Palavras-Chave: agricultura familiar, sustentabilidade, desenvolvimento local.

ABSTRACTS

This article stands for the need to implement a discussion within and outside of the academic environment about a theme that has been discussed with intensity recently in many parts of the country and abroad. It attempts to set family agriculture in the economic context of thousand of Brazilian municipalities, showing their importance and pointing out some alternatives for the economic development, emphasizing the viability of looking for solutions for that segment which is very important and which has suffered many difficulties. It shows the diversity that surrounds the family agriculture and its significance for the economy of the municipalities. It also synthesizes some government actions through their policies addressed to the sector and the difficulties found by the beneficiaries in having access to them. It calls the attention to the claiming role of the peasant representatives as a form of pressures to reinforce those policies. It acknowledges the actions of various non-government organizations that are active in that scenario contributing to reduce the difficulties of family agriculture.

Keywords: family agriculture, sustainable economy, local development.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem servido de substrato para discussões nos diversos meios governamentais e não governamentais atualmente, mas, durante muitos anos, esteve excluída das políticas públicas e programas especiais que foram implementados

na década de 70. Mais recentemente, na área governamental foi criado o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, através da resolução nº 22.191, de 24 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional, e lançado no País, pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Este programa tem o objetivo de proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares. Nasceu de fortes pressões reivindicatórias dos movimentos sociais, que exigiam uma política pública direcionada a esse importante segmento da economia. O programa enfrenta sérias dificuldades burocráticas de acesso ao crédito por parte dos agricultores, provocadas pelos agentes financeiros.

Durante muito tempo, os programas de apoio à agricultura, com juros subsidiados e prazos longos para pagamento, deixaram à margem os agricultores de base familiar. Fosse por falta de garantias reais, para atender às exigências burocráticas dos agentes financeiros, fosse por não se enquadrarem no modelo tecnológico adotado por tais programas.

“Um olhar sobre a história recente do crédito rural no Brasil (1966 a 2000) nos permite afirmar seu caráter de exclusão sobre os (as) agricultores (as) familiares, principalmente pelo não acesso durante 30 anos. Esta mesma história revela também que foi a luta dos agricultores organizados que forjou as condições para a criação de um programa de crédito para a agricultura familiar, um programa assim denominado, mesmo que a existência deste programa tenha origem em um decreto. Ainda restam muitas lutas e conseqüentes conquistas”. (SANTOS, 2000, p.82).

Pelo lado não governamental, várias entidades têm se esforçado na contribuição de fortalecer a agricultura familiar. O MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, iniciou, através da sua entidade representativa, a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em 1995, um grande projeto chamado de PADRS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável que, com apoio de suas federações nos estados, tem expandido o PADRS através do PDLs – Programa de Desenvolvimento Local Sustentável, contribuindo com a capacitação de lideranças de agricultores, técnicos e secretários municipais, para melhor intervirem no desenvolvimento local. É um projeto cuja ênfase é a potencialização da agricultura familiar. Todas essas políticas de desenvolvimento não lograrão sucesso se não se

conseguir fomentar a capacidade endógena de cada comunidade, na busca do próprio projeto de desenvolvimento.

Existem, segundo o Censo Agropecuário (1995/1996), no Brasil, 4.859.864 estabelecimentos rurais. Desses, 4.139.369 são estabelecimentos de base familiar. Entretanto, essa parcela de agricultores não tem recebido a devida atenção por parte do governo federal.

“Os grandes produtores foram favorecidos e puderam modernizar-se, enquanto os pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra foram marginalizados. Em 1979, o número de contratos de custeio foi de 1.375.417, atingindo menos de 25% do total de produtores do País. Destes contratos, 80% eram destinados aos pequenos agricultores que correspondia apenas a 20% do total dos recursos. Em 1993 os pequenos com 81,22% do total dos contratos receberam apenas 31,85% do total dos recursos, os grandes com 3,37% dos contratos receberam 31,01% dos recursos.” (Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local. DESER, 1997, p.7)

Pode-se observar a pouquíssima participação dos pequenos agricultores na oferta de crédito rural, tornando-os mais vulneráveis ao processo de descapitalização. Com um maior acesso a recursos financeiros adequados à sua capacidade de pagamento, esse setor poderia dar uma contribuição significativa à economia local, desde que tivesse à sua disposição pessoal capacitado para franquear assistência técnica e pesquisa.

É importante se ter a compreensão da real situação dos agricultores familiares e como estão situados socioeconomicamente no País. Segundo o IBGE, 1995/96, correspondem a quatro tipos. O tipo A, agricultores capitalizados, representando apenas 406.291 estabelecimentos familiares; o tipo B, agricultores em processo de capitalização, abarcando 993.751 estabelecimentos familiares; o tipo C, são aqueles em processo de descapitalização, com 883.547 estabelecimentos e o tipo D, descapitalizados, constitui a maioria: 1.915.780 estabelecimentos familiares.

Observa-se (tabela 1) a baixa participação dos agricultores no crédito oferecido pelo PRONAF. O tipo A recebeu 11,7% do financiamento total; o tipo B, recebeu 6,2% do financiamento total; o tipo C, apenas 1,9%, e ao tipo D, correspondem 5,6% do financiamento total. Seria prematuro criticar o baixo alcance atingido pelos agricultores, uma vez que a criação do programa é recente (junho/96) em relação aos dados do Censo

Agropecuário 1995/96. No entanto, historicamente os agricultores familiares sempre foram alijados dos recursos oferecidos pelo sistema de crédito rural.

Tabela 1. BRASIL – Estabelecimentos, Área, Valor Bruto da Produção e Financiamento Total (FT) dos Tipos de Agricultores Familiares.

FAMILIAR TIPOS	ESTAB. TOTAL	% ESTAB. S/TOTAL	ÁREA TOTAL (ha)	% ÁREA TOTAL	VBP (mil R\$)	% VBP S/TOTAL	FT 5 FT (mil R\$)	S/ TOTAL
A	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2	433.233	11,7
B	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1	228.965	6,2
C	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6	68.911	1,9
D	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1	206.656	5,6
TOTAL	#####	85,1	#####	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Convênio INCRA/FAO

AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A agricultura familiar se reveste de muita importância para o local (podendo esse local ser considerado a comunidade, o assentamento rural, o município, o Estado ou até o País), quando representa no Brasil um contingente de 11.600.000 pessoas, distribuídas pelos 4.139.369 estabelecimentos rurais, sem levar em consideração os assalariados rurais, parceiros e arrendatários, que ainda não tiveram acesso a um pedaço de terra. Um contingente populacional deste, devidamente apoiado com políticas públicas bem direcionadas, entidades governamentais e não governamentais, certamente promoverá a endogenia tão necessária em milhares de comunidades rurais, provocando uma verdadeira revolução neste País, em termos de desenvolvimento econômico e social. Representaria a reinclusão de milhares de pessoas ao convívio da dignidade, tornando-se cidadãos plenos, em condições de desfrutar do comércio local e entorno, dos bens e serviços necessários ao seu bem-estar e de sua família. Mais do que isso, estariam oportunizando a outros segmentos desenvolverem-se, formando um desejável círculo virtuoso, estimulando a cadeia produtiva e demais segmentos da economia.

“O desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa

economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e meio ambiente.” (BUARQUE, 1999, p.32)

Não se pode negar que esteja havendo uma maior atenção por parte do governo federal em relação à agricultura familiar. Outra política direcionada a este segmento é o PROGER RURAL – Programa de Geração de Emprego e Renda para a Área Rural, criado em 3 de maio de 1995, através das resoluções 82 e 89 do Codefat. Objetiva financiamentos produtivos para investimento, custeio agrícola e pecuário a pequenos e micro produtores rurais de forma individual e coletiva, associados a programas de qualificação, assistência técnica e extensão rural.

Para se entender a importância da agricultura familiar no contexto da produção (VBP – Valor Bruto da Produção e FT – Financiamento Total) e sua participação na obtenção de crédito, observemos a tabela seguinte:

Tabela 2 – Agricultores Familiares – Estabelecimentos, Área, VBP e Financiamento Total segundo as regiões.

REGIÃO	ESTAB. TOTAL	% ESTAB. S/TOTAL	ÁREA TOTAL (ha)	% ÁREA TOTAL	VBP (mil R\$)	% VBP S/ TOTAL	FT (mil R\$)	% FT S/TOTAL
NE	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43	133.973	26,8
CO	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	94.058	3.026.897
N	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	50.123	38,6
SE	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	143.812	12,6
SUL	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	515.862	43,3
BRASIL	4.139.369	85,2	107.766.450	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Convênio INCRA/FAO

Num País de tantos famintos, analfabetos e de crianças exploradas pelo trabalho infantil e pela prostituição, chegou o momento de se dar maior atenção à agricultura familiar, por vários motivos. Entre eles: a) é importante potencial para se agregar e revitalizar a estrutura familiar; b) contribui para diminuir a pressão demográfica nos centros urbanos; c) produção de alimentos básicos em pequenas áreas, com respostas rápidas; d) com escolas diferenciadas para o meio rural, à semelhança das Escolas Famílias Rurais, pode-se estar despertando o interesse e motivando os jovens

pelas técnicas agrícolas; e) representa 76,85% do pessoal ocupado na agricultura no Brasil. Mesmo com todas essas vantagens explícitas e potenciais, a agricultura familiar passa por dificuldades severas. Se, por um lado, pode contribuir para a resolução de vários problemas nacionais, por outro, não encontra a ressonância necessária por parte dos governos com políticas de desenvolvimento que estejam verdadeiramente contribuindo para um crescimento endógeno das comunidades que abrigam essa grande fatia dos agricultores brasileiros. Não apenas políticas públicas compensatórias, mas projetos e programas concebidos a partir dos anseios das famílias rurais, que precisam ser potencializadas como protagonistas de suas aspirações, na reversão do quadro de analfabetismo e miséria existente em vários locais deste País. Um papel importante que a ação governamental deveria desencadear, seria colocar pessoal capacitado como facilitadores do processo dessa grande massa de pessoas, capazes de despertar o seu potencial criativo e empreendedor.

Algumas experiências estão sendo operacionalizadas tanto na esfera governamental como na não governamental. Com relação a esta última, existem desde 1997 os anteriormente citados PADRS/PDLS conduzidos pelo MSTR, sob a coordenação nacional da CONTAG, suas federações nos Estados, e os STR's – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, em alguns municípios. Pelo lado do governo, o DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável- está sendo implementado em municípios previamente selecionados. Em ambas atividades, o UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande está diretamente envolvido, como parceiro no primeiro caso, por meio do Grupo de Produção Acadêmica de Ciências Agrárias e, no segundo caso, estando em processo de seleção como instituição capacitadora no processo de desenvolvimento local.

A grande maioria dos municípios brasileiros sempre manteve com sua população um grande vínculo de clientelismo, que praticamente tolheu a capacidade produtiva de suas comunidades na busca de superação de seus problemas. Esta ligação paternalista tem dificultado o trabalho das lideranças em fomentar o protagonismo e autogestão entre os atores locais.

Com a promulgação da Constituição de 1988, os municípios brasileiros ganharam mais autonomia financeira.

“De 1980 para 1994, as prefeituras e governos estaduais ampliaram sua participação na receita disponível no Estado, enquanto houve uma redução nas receitas

proporcionais da União. Os municípios foram os principais beneficiados com as reformas fiscais realizadas nos últimos anos, que subiram de 9% para 15%:” (DESER, 1997, p.3).

Observemos esta participação na tabela seguinte:

Tabela 3 – Distribuição das receitas entre as três esferas do governo Brasil – 1980 – 1994

ESFÉRA DE GOVERNO	1980 (%)	1988 (%)	1994 (%)
Receita Própria	100	100	100
União	75	71	66
Estados	25	26	29
Municípios	3	3	5
Receita Disponível	100	100	100
União	69	62	58
Estados	22	27	27
Municípios	9	11	15

FONTE. Afonso e Serra (1994) In Melo (1996)

Evidentemente, com a descentralização dos recursos vieram maiores cargas de responsabilidade e conseqüentes despesas. Todavia, é com esta onda de descentralização do poder que se deve estar atuando na busca da autogestão local.

É necessário que os programas tenham origem no município, com a participação ativa dos representantes das comunidades rurais e, para isso, sejam capacitados para conhecer e discutir políticas de desenvolvimento, para poder dar uma contribuição significativa no processo de desenvolvimento de suas comunidades e municípios.

Assim, teremos os agricultores e suas famílias como verdadeiros protagonistas dos programas e políticas públicas que lhes dizem respeito. É necessário, também, que suas organizações representativas sejam fortalecidas e possam estar dando essa contribuição aos seus representados.

AS REPRESENTAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Os agricultores familiares são representados, no âmbito nacional, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, entidade que

congrega 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizados em 3.656 sindicatos de trabalhadores rurais e em 25 federações estaduais.

A CONTAG foi criada em um Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em 22 de dezembro de 1963, na cidade do Rio de Janeiro, com a presença de 14 federações e 475 sindicatos a elas filiados.

Com o golpe militar de 1964, a CONTAG sofreu intervenção do regime com destituição da diretoria eleita e nomeação de uma junta interventora, que durou até 1968, quando os legítimos representantes da categoria conseguiram vencer a intervenção e assumiram o comando da entidade.

Durante os 35 anos de lutas, a CONTAG e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR conseguiram conquistar espaços políticos fundamentais para a categoria. A luta pela reforma agrária levou o MSTR a promover ocupações e organizar resistência contra o latifúndio. Conseguiu incluir, na Constituição de 1988, a igualdade de direitos trabalhistas entre rurais e urbanos. Assegurou a adoção de políticas diferenciadas para a agricultura familiar, o PRONAF.

Dentre essas representações, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, como movimento social de projeção internacional, tem estado na vanguarda da conquista pela terra neste País. Em vários momentos de luta teve participação conjunta com a CONTAG, em defesa dos trabalhadores rurais.

Mesmo conseguindo todas essas conquistas com relação às políticas de desenvolvimento para a agricultura familiar, suas representações carecem de maior apoio para se organizarem e se tornarem mais aglutinadoras na busca da inserção dos agricultores(as), na participação de suas entidades. A pouca consciência associativista tem levado os agricultores(as) de base familiar a encontrar sérias dificuldades na cadeia de comercialização.

“Os pequenos agricultores compram no varejo os poucos insumos que adquirem, o fazem de forma individual, em pequenas quantidades, adquirindo produtos processados, com alto valor agregado. Além disso, compram a crédito e do último elo da cadeia de intermediação. É o vendedor quem fixa o preço, pesa o produto, faz os cálculos; enfim, ele é o protagonista da transação e os agricultores se mantêm numa postura de passividade e subordinação, sem nenhuma condição para negociar melhores preços” (LACKI, 1996:27).

As associações, quando bem administradas, e com a participação ativa de seus membros, exercem um papel fundamental de apoio, tanto na compra de insumos, como na organização e venda da produção. Numa fase em que os agricultores (as) adquiram

maior consciência coletiva, evoluindo para a formação de pequenas cooperativas, estarão dando um passo muito importante na busca de sua autogestão para sustentar suas unidades produtivas.

ALTERNATIVAS PARA FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A reprodução do modelo de agricultura, praticada pelos agricultores patronais, certamente não servirá para sustentar a agricultura familiar. Várias alternativas têm se mostrado promissoras, podendo representar caminhos a serem experimentados como opções para as famílias rurais. Em razão da maior preocupação com a saúde das pessoas e um maior nível de consciência com as questões ambientais, está havendo, a cada dia, uma maior procura por produtos com baixo teor, ou, de preferência, sem agrotóxicos. É nessa linha que vários supermercados no Brasil estão cadastrando produtores e analisando a qualidade de seus produtos, para tornarem-se seus fornecedores. Não é tarefa das mais fáceis. Exige capacitação, organização, assistência técnica e pesquisa, porém representa uma boa alternativa para esse segmento da agricultura.

Além da criação de pequenos animais, produção de açúcar mascavo, rapadura, surgem outras opções que já estão incrementando a renda dos agricultores de base familiar. O turismo rural tem proporcionado renda em propriedades que estavam se mostrando inviáveis com atividades agropecuárias. O turismo em áreas rurais pode constituir:

“A grande alternativa para as propriedades rurais no Brasil. A agricultura e a pecuária já não são tão rentáveis, e fazendeiros com a corda no pescoço descobrem que podem obter bons lucros abrindo suas propriedades rurais para o turismo:” (MEIRELLES, p.25)

Evidentemente, não é uma atividade em que o agricultor deva se aventurar sem uma capacitação prévia, analisando a sua viabilidade técnica e financeira, e o potencial turístico de sua propriedade, mas representa mais uma opção de renda que deve ser estudada pela família rural e pela equipe que lhe assessora tecnicamente.

A agricultura familiar significa, portanto, um segmento que tem importância econômica, política, social e ambiental, para todos, como cidadãos, mas também para profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local (Municipalização-Diretrizes de Desenvolvimento e Propostas de Políticas Públicas. DESER, 1997, p.p7).

ALMEIDA, Joaquim Anécio., FROEHLICH, José Marcos., e RIEDL, Mário (org.).

Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Papirus. Campinas, 2000, p.25.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável** – Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA, 1997, p. 32.

CONTAG. **Nossa Luta, Nossa História**. Brasília, 2000, p. 5.

Democracia Viva – Edição Especial, IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro, 1999.

GUANZIROLI, C. E., CARDIM, S. E.C.S. de. (Coord.). In **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Convênio INCRA/FAO. Brasília, 2000, p.p.35:38.

LACKI, Polan. **Desenvolvimento Agropecuário: Da Dependência ao Protagonismo do Agricultor**-Edição Especial. Brasília, 1996, p.27.

SANTOS, Alvorí Cristo dos. In **Agricultura Familiar e Socioeconomia Solidária**. Ed., Terra Solidária. Convênio TEM/SEFOR/CODEFAT 007/2000 - CUT. Curitiba, 2000, p. 82.